

Academia Paulista de Educação

É uma grande honra participar da Academia Paulista de Educação, ao lado de mestres, amigos e colegas educadores que respeito, admiro e estimo. Agradeço aos organizadores desta cerimônia a indicação de um caro companheiro da Faculdade de Educação, José Augusto Dias, para os cumprimentos da Academia ao seu novo membro.

É particularmente gratificador ter sido eleito para o provimento da cadeira número 19, fundada por Carlos Pasquale e ocupada, nos últimos anos, por José Mário Pires Azanha. Explico esta observação com algumas informações sobre os começos de minha vida profissional: José Mário, a partir de abril de 1957, no antigo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, e Carlos Pasquale, um pouco mais tarde, a partir de 1960, no Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), passaram a ser presenças sempre marcantes e significativas em minha história profissional.

Em 1956, Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), havia criado uma rede de centros de pesquisas educacionais, com objetivos explícitos de fomentar o desenvolvimento da pesquisa sobre o ensino e colocar os recursos de investigação das ciências sociais a serviço da reconstrução educacional do País. Foram então criados um Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, no Rio de Janeiro, e cinco centros regionais instalados, respectivamente, nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Aluno de terceiro ano do curso de Ciências Sociais da FFCL da USP, ingressei, como estagiário, no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, em abril de 1957. José Mário havia ingressado, como pesquisador, no CRPE, em março daquele mesmo ano. Alguns anos mais velho do que eu, diplomado desde 1955 no Curso de Pedagogia, tornou-se, aos poucos, uma figura fraternal, algo como um irmão mais velho, compadre, um companheiro em muitos momentos da vida. Em setembro de 1958, fui designado para a direção de um dos ginásios estaduais noturnos então criados, em grande número, por Jânio Quadros, na periferia da Capital. Acumulei, nesse período, a conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais na FFCL da USP, atividades de pesquisador no CRPE e a direção do Ginásio Estadual noturno de Vila Anastácio. Em meados de 1960, deixei a equipe de pesquisadores do CRPE e a direção do Ginásio, para participar da primeira equipe do Fundo Estadual de Construções Escolares do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto. Nessa equipe, coube-me o planejamento e a coordenação da execução do programa de expansão da rede de escolas estaduais de ensino primário no município da Capital.

Em seus inícios, o FECE foi presidido pelo arquiteto Celso Lamparelli. Alguns meses depois, Lamparelli foi substituído por Carlos Pasquale, considerado, então, como o principal defensor da idéia da criação do FECE junto ao governo Carvalho Pinto. Recebi com reservas essa mudança na direção do Fundo. Lamparelli era professor da Universidade, intelectual conhecido por suas posições avançadas no campo das políticas públicas. Carlos Pasquale, por outro lado, uma figura mais distante, era conhecido como expressiva

liderança no sindicalismo patronal do ensino privado. Eu participava ativamente na denominada Campanha de Defesa da Escola Pública, havia assinado o manifesto “Mais uma vez convocado”, de Fernando de Azevedo, acompanhava, na medida do possível, as atividades públicas de Florestan Fernandes no âmbito da Campanha. Nestas circunstâncias, uma tensa expectativa quanto às orientações do novo Diretor Executivo era natural e inevitável. Mas, duraram pouco tempo, foram rapidamente substituídas por sentimentos de respeito e admiração. Trabalhar com Carlos Pasquale foi experiência estimulante e gratificadora.

José Mário também havia deixado a equipe de pesquisadores do CRPE nessa época e, após breve passagem pelo ensino de Filosofia em Jundiaí, foi designado para a equipe do Gabinete Técnico de Planejamento da Secretaria de Educação. O FECE ocupava o décimo quinto andar do edifício da Secretaria, no Largo do Arouche. O Gabinete Técnico de Planejamento ficava no décimo quarto andar do mesmo prédio. Assim, durante esse período, entre 1960 e 1963, com breves interrupções, pudemos continuar mantendo o mesmo relacionamento fraternal dos anos anteriores. José Mário deixou o Gabinete e transferiu-se, novamente para o CRPE, no início de 1963. Nesse retorno, foi convidado pelo Diretor da Instituição, Laerte Ramos de Carvalho, a assumir a organização e a coordenação do Programa de Assistência Técnica aos Estados do Norte e do Nordeste (PATE), então instituído no âmbito do Programa Federal de Emergência promovido pelo Ministro Darcy Ribeiro. Alguns meses depois, retornei igualmente ao CRPE, para trabalhar com Florestan Fernandes em cursos ministrados pela Instituição. Ainda em 1963, José Mário foi designado por Laerte Ramos de Carvalho para a Coordenação da Divisão de Pesquisas do Centro. Acompanhei-o nessa nova tarefa, como Coordenador Adjunto da Divisão. Algum tempo depois, após abril de 1964, reencontramos o Professor Pasquale, novamente como nosso superior hierárquico, agora como Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Lembro-me com forte dose de nostalgia das madrugadas que o José Mário e eu atravessamos preparando os instrumentos de coleta de informações para o Anuário Brasileiro de Educação, um dos projetos prioritários então desenvolvidos pelo Professor Pasquale no INEP.

*

As contribuições de Carlos Pasquale à educação pública no Estado de São Paulo e no Brasil são bem conhecidas. Recorro ao excelente verbete preparado por José Augusto Dias para o Dicionário de Educadores no Brasil para registrar que, “no Estado de São Paulo”, Carlos Pasquale foi “Diretor Geral do Departamento de Educação”, onde o encontrei pela primeira vez, “organizador e Diretor-Executivo do Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), por duas vezes Secretário de Educação e Presidente do Conselho Estadual de Educação. Na área Federal, foi Diretor do Departamento Nacional de Educação, Diretor do Ensino Industrial, Superintendente da Campanha Nacional de Educação de Adultos, Coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural, Diretor Executivo da Campanha Nacional de Material de Ensino, Membro do Conselho Federal de Educação e Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Exerceu ainda o cargo de Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP)”. Entre suas numerosas contribuições à educação pública, arrisco-me a destacar o empenho, bem sucedido, na criação do Fundo Estadual de Construções Escolares, sua gestão na presidência do FECE e a criação do salário-educação (Lei 4.440, de 27/10/64). Estes seus trabalhos tiveram conseqüências inegavelmente significativas na expansão e na melhoria do ensino público no Estado de São Paulo e no País. Cabe ainda assinalar suas atividades na

realização do censo escolar, em 1964, e do Anuário Brasileiro de Educação, a partir dessa mesma época.

Em sua passagem pelos diferentes cargos exercidos, Carlos Pasquale demonstrou, sobejamente, as qualidades pelas quais ficou particularmente marcado entre os que tiveram o privilégio de sua convivência profissional: o bom humor e a alegria quase juvenis, a coexistência de uma disposição rigidamente centralizadora das decisões com uma tranqüila abertura ao exame das posições divergentes, a tenacidade no enfrentamento das tarefas que lhe foram cometidas, capacidade de trabalho, inteligência aguda, probidade e, sobretudo, um sólido espírito público.

*

A cadeira número 19 da Academia Paulista de Educação encontrou em José Mário Pires Azanha um digno substituto ao seu primeiro ocupante.

José Mário iniciou muito cedo suas atividades no magistério público. Percorreu quase todos os degraus da carreira do magistério. Poucos anos antes de sua aposentadoria compulsória na Universidade de São Paulo, orgulhava-se de estar contabilizando cinquenta anos de atividades no serviço público do Estado. Começou em 1949, como substituto no antigo ensino primário, efetivou-se em 1953, ingressou no ensino secundário em 1955, nas cadeiras de Psicologia, Pedagogia e Filosofia, e no ensino superior, a partir de 1957, na Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae", nas disciplinas de Estatística Educacional e Psicologia Experimental.

Desde seu ingresso no CRPE, em 1957, foi professor no Curso de Especialistas em Educação para a América Latina, uma promoção conjunta da UNESCO e do Ministério da Educação, com vistas à formação de quadros de educadores para todos os países do continente. Em 1966, ingressou como professor na antiga FFCL da USP, no atual Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, onde realizou os concursos de doutorado (1972), de livre-docência (1990) e de professor titular (1991).

A partir de 1963, na organização e na coordenação do Programa de Assistência Técnica aos Estados, José Mário já revelava algumas das características que seriam marcantes em sua longa passagem pela educação pública. O PATE consistia, basicamente, no encaminhamento de equipes de professores paulistas para atuarem junto às secretarias de educação dos estados e territórios do norte e do nordeste do País. José Mário deu ao programa uma dimensão maior do que a originalmente prevista por seus idealizadores. Constituiu um pequeno e competente grupo de apoio, selecionou os candidatos, organizou os estágios de treinamento dos aprovados, formou as equipes e orientou suas atividades de modo a torná-las, ao mesmo tempo, potencialmente eficazes e aceitáveis sob a perspectiva das secretarias de educação envolvidas. As equipes foram orientadas no sentido de atuarem estritamente de acordo com as orientações locais, em projetos próprios das respectivas secretarias. Os professores paulistas representariam, assim, um acréscimo aos recursos humanos da administração local. Mas, a coordenação central, no CRPE, por sua vez, orientava as equipes auxiliando-as na realização das atividades. Os períodos de permanência das equipes no Centro constituíam-se em verdadeiros cursos, sempre permeados por debates sobre as diferentes políticas públicas realizadas nos estados com a participação das equipes. Sob esses procedimentos, em boa parte dos estados e territórios as atividades das equipes e, por extensão, das secretarias, acabaram exprimindo ao menos parcialmente as orientações emanadas da coordenação do programa. Nesse período, pela ação das equipes, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo deu significativa contribuição aos trabalhos das secretarias de educação das unidades federadas.

Em grande parte devido às atividades do PATE, a Instituição, nesse período, era com frequência visitada por Secretários e administradores das Secretarias de Educação, por técnicos da SUDENE e outras autoridades educacionais de Estados e Territórios.

José Mário respondia pela Direção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, como Diretor Substituto, quando foi convidado por Antonio Barros de Uihôa Cintra a assumir a Direção do Departamento de Educação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Era ainda muito jovem quando no cargo de Diretor-Geral do Departamento de Educação e, depois, como Coordenador do Ensino Básico e Normal, concebeu e executou um notável programa de expansão das oportunidades escolares e de melhoria da qualidade do ensino público no Estado. A instituição de um exame único de admissão ao ginásio, preparado por equipe constituída pela administração central e aplicado, simultaneamente, em todas as escolas secundárias estaduais foi o carro chefe do programa então executado. O exame único estabelecia um patamar de exigências compatível com as possibilidades de rendimento de um aluno médio das escolas públicas de ensino primário.

A rede de escolas estaduais de ensino secundário do Estado de São Paulo vinha crescendo intensa e progressivamente desde o retorno do País ao regime republicano, em 1945. Mas, os ginásios existentes, sobretudo os mais conhecidos e mais disputados pela clientela, ainda encontravam nos exames de admissão tradicionais, programados pelos respectivos corpos de professores, os instrumentos de manutenção da seletividade que os caracterizara no passado. Ao avocar para a Secretaria a realização de um exame único para todos os estabelecimentos e ao garantir matrícula a todos os aprovados nesses exames, a administração do ensino fixou novos patamares para a seleção dos candidatos e promoveu significativa aceleração no processo de democratização que vinha marcando esse nível da escolaridade. A duras penas, a Secretaria conseguiu acolher em seus estabelecimentos de ensino secundário toda a grande massa de candidatos aprovados nestes novos exames.

A Secretaria deu especial atenção ao processo de orientação dos professores e especialistas de educação envolvidos no programa de expansão da escolaridade. Com a maior abertura de oportunidades de matrícula nas escolas secundárias, esse tipo de ensino, antes reservado aos jovens de melhor capital cultural dos segmentos privilegiados, vinha nas últimas décadas acolhendo crescentes levas de jovens recrutados nos estratos mais desfavorecidos da população. Estas crescentes massas de jovens escolarmente menos competitivos, ampliadas agora por força do programa de expansão das oportunidades, colocavam desafios difíceis para diretores, especialistas e professores da rede. Era preciso prepará-los e apoiá-los para melhor responderem às novas condições de realização da escolaridade.

Já no final desta sua primeira passagem pela administração do ensino público no Estado, José Mário instituiu o Grupo Escolar-Ginásio. Estes estabelecimentos dispensavam o exame de admissão para a passagem de alunos do ensino primário para o ginasial e seriam criados sempre que as condições das escolas locais o permitissem. Entre as realizações relevantes da Secretaria no período deve incluir-se a retomada dos concursos públicos para provimento dos cargos docentes e a reformulação do antigo ensino normal.

Algumas providências complementares despertaram reações entre os professores da rede. Incluía-se, entre elas, a fixação de um limite máximo de 44 horas de aulas semanais para os professores. A medida somente alcançava um pequeno número de profissionais, pois a grande maioria dos professores não atingia esse limite. Mas, a reação contrária, em alguns momentos, foi radical. Outra medida bastante contestada foi a fixação de um teto máximo de 20% para as reprovações. A decisão de impor limites à reprovação era, na

verdade, difícil, pois envolvia a crucial e delicada questão da natureza e da amplitude da liberdade de ensino dos professores na escola pública. Mas, diante da massa de alunos absorvidos de uma só vez, com grande dificuldade, pela rede de escolas secundárias nos primeiros anos de implantação do programa, o limite às reprovações impunha-se com lógica incontestável. Era fundamental evitar-se que um grande número de reprovações impossibilitasse a absorção dos novos ingressantes. Por outro lado, a instituição dos níveis I e II nos inícios da escolaridade, no antigo ensino primário, apontava para uma pedagogia em princípio refratária à reprovação. Antecipando com esta inovação, em muitos anos, a introdução dos regimes de ciclos na educação básica, a administração da Secretaria, já naquela época, enfrentava também as primeiras manifestações de desagrado daqueles que entendiam que tais medidas eram contrárias à preservação da qualidade do ensino. A crítica e a atuação contrária à continuidade da existência da rede de escolas vocacionais, que por extensão acabavam alcançando o Ginásio Experimental da Lapa e a Escola de Aplicação da FFCL da USP, também provocaram reações adversas.

As reações contrárias ao programa da Secretaria tinham origens e motivações diversas. As mais importantes incidiram contra a política de abertura de oportunidades no ensino secundário estadual.

No que respeita à democratização das oportunidades educacionais no Estado de São Paulo, a administração Ulhôa Cintra situou-se entre dois processos muito significativos: 1) a expansão da rede de ginásios estaduais que já ocorria, de modo crescente, desde 1945; e 2) a promulgação da Lei nº 5.692, de 1971, que instituiu a reforma de ensino de primeiro e segundo graus, substituindo por uma escola fundamental de oito anos os antigos ensinos primário e ginásial. O primeiro, criava as condições necessárias à viabilidade da proposição de uma política de expansão da rede. Já o segundo, com a Lei 5.692, de 1971, estendia a toda a nação, e de modo muito mais radical, aquilo que a Administração Ulhôa Cintra propusera-se a realizar no Estado de São Paulo.

Considerando que a expansão das oportunidades na rede de escolas secundárias estaduais já vinha ocorrendo nas décadas anteriores e que, por outro lado, o próprio regime promoveria, um ou dois anos depois, com a Lei 5.692/71, uma reforma muito mais radical, fica difícil entender as razões da feroz repressão exercida contra a Administração da Secretaria. Esta observação enseja algumas reflexões sobre as raízes das críticas à atuação da Secretaria naquele período.

A expansão da rede de escolas públicas de ensino secundário no Estado de São Paulo tinha suas origens já em 1945, quando, após a queda do Estado Novo, com a retomada do processo político republicano, atendendo às reivindicações educacionais das populações urbanas o Governo do Estado deu início a um intenso e progressivo movimento de criação de ginásios estaduais. Sob o impacto da multiplicação de estabelecimentos estaduais gratuitos, em quase todas as cidades do interior e em quase todos os bairros da capital, a clientela do ensino de tipo ginásial tradicional, rigidamente seletivo e mantido predominantemente pela iniciativa particular, vinha sendo em grande parte acrescida por crescentes levas de jovens de setores menos favorecidos das camadas médias urbanas e mesmo das classes populares, e já apontava, ao menos tendencialmente, para a progressiva transformação da escola das elites em simples continuidade do ensino fundamental comum, até então limitado às quatro séries do antigo ensino primário. Esta mudança assustava o pensamento conservador e gerava resistências entre setores mais amplos das lideranças políticas e educacionais. A própria Assembléia Legislativa tentou impor limites àquilo que era entendido como uma séria ameaça à qualidade do ensino público no Estado.

Em pesquisa concluída em 1963 e publicada em 1964, verifiquei que em 1961 a matrícula de alunos no ensino secundário estadual já ultrapassava a matrícula nas escolas particulares. O crescimento da rede de escolas secundárias estaduais gratuitas continuou em ritmo acelerado nos anos seguintes, em 63, 64, 65, 66, 67... Mas, durante todo esse período, era um crescimento que de certa forma ocorria à revelia das autoridades educacionais. A criação e a instalação de escolas eram decididas sobretudo a partir de motivações de políticos interessados no atendimento das respectivas áreas de interesses eleitorais. Em minha pesquisa e em outra investigação, realizada depois por Marília Sposito sobre a expansão das oportunidades escolares no Município da Capital, na gestão Jânio Quadros, não encontramos manifestações de educadores favoráveis às transformações que então ocorriam na escola secundária.

A posição de José Mário na Secretaria foi desde logo inequívoca e radical. Pela primeira vez, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo comprometia-se, formalmente, com a extensão do antigo ensino das elites para todos os jovens. Reproduzia-se, agora para o ensino ginásial, a mesma afirmação da absoluta necessidade de extensão da educação básica para todos, que marcara a passagem de Antonio Sampaio Dória pela educação no Estado, em 1920. Expressando, coerentemente, na prática as decisões assumidas no plano dos valores, a expansão do atendimento foi acelerada e submetida, agora, a um plano de conjunto e a rigorosos critérios educacionais. Penso que, ao assumir explicitamente a defesa do processo de democratização da escola secundária e ao atuar coerentemente nessa direção, a administração da Secretaria catalisou e potencializou reações, resistências e inconformismos progressivamente acumulados em todo o período anterior.

Uma ação administrativa inovadora e corajosa como a praticada pela Secretaria de Educação do Estado na gestão Uíhã Cintra sempre provocaria reações adversas. São normais e perfeitamente administráveis em regimes democráticos. Naqueles tempos difíceis, as reações contra a política educacional articulavam-se a reações de diferentes setores, em geral conservadores e, na linguagem da época, mais duros, que em alguns casos competiam pelo controle do governo estadual e buscavam até mesmo comprometer sua estabilidade. Não é estranho, assim, que os responsáveis pela política administrativa da educação tenham sido, de uma ou de outra forma, alcançados pela repressão do regime.

José Mário foi indiciado em IPM, passou por alguns maus momentos, mas saiu pessoalmente fortalecido da experiência. A convicção de um dever bem cumprido era evidente em suas reações, mesmo nos raros momentos de depressão. De volta à Faculdade de Educação, dedicou-se finalmente à elaboração da tese de doutorado, que defendeu em 1972. Outra experiência na administração do ensino somente viria a ocorrer em 1983, com a instalação do Governo Franco Montoro, eleito no ano anterior. Na Chefia do Gabinete do Secretário Paulo de Tarso Santos, José Mário colaborou ativamente na elaboração das orientações da Secretaria. O "Documento número um", pela sua qualidade, atesta a relevância dessa contribuição.

Em 1991, José Mário retornou ao Conselho Estadual de Educação, que já havia freqüentado, como conselheiro, entre 1967 e 1970. Permaneceu no Colegiado até 2004. Foi seu Presidente, em dois mandatos sucessivos, de 1992 a 1994. Presidiu também a Câmara de Ensino do Terceiro Grau.

Ao deixar a Chefia de Gabinete da Secretaria da Educação, em 1983, retornou à Faculdade de Educação e deu seqüência à produção acadêmica. Os trabalhos de doutorado, de 1972, e livre-docência, concluída em 1990, notáveis testemunhos de erudição no campo

de sua especialidade na Filosofia da Educação, as coletâneas de artigos redigidos ao longo das muitas lutas pela melhoria da educação pública e pela democratização da educação e da sociedade, seus pareceres e indicações no Conselho Estadual de Educação, além de outros escritos esparsos em muitas publicações, certamente serão objeto de estudos mais aprofundados no futuro próximo. Em muitos sentidos, são exemplares e inspiradores.

Em 2002, recebeu o título de Professor Emérito desta Faculdade de Educação.

Ao final destas singelas observações a propósito de um grande educador, não posso deixar de acrescentar uma nota pessoal. Penso que uma de suas características, talvez não a menos importante, foi a notável capacidade de transformar uma simples conversa, uma ida a uma livraria ou a um restaurante num grande programa. Por todas as razões é um companheiro do qual nós, seus contemporâneos na Universidade e na administração da educação pública, sentimos uma imensa falta.

São Paulo, 25 de outubro de 2004
Celso de Rui Beisiegel